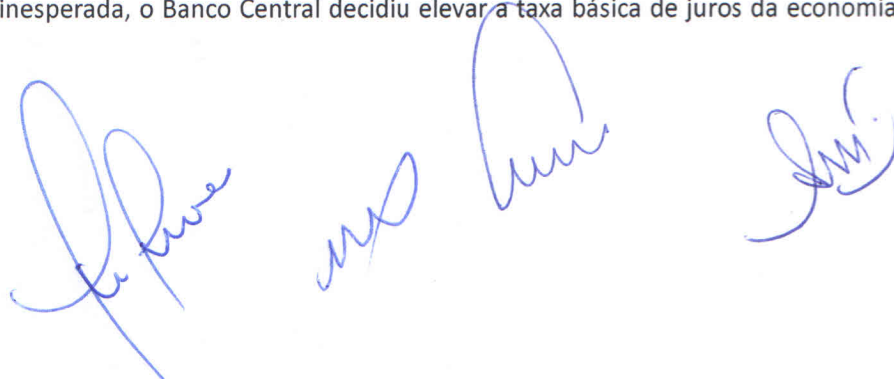


Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Sirleide da Silva e Sílvia Moraes Stefani Lima. O Sr. Osieo Hecher, tem falta justificada por estar representando a municipalidade em uma reunião realizada na cidade de Ilha Bela, para tratar do projeto de segurança durante a temporada de verão. Na abertura da reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/106/2014**.

Cenário. Outubro terminou, mas as lembranças ficarão marcadas na história da política local e da econômica em nível global. **Estados Unidos.** Os dados seguem positivos de forma geral. As tendências das variáveis de atividade continuam indicando um crescimento de 2,2% em 2014 e de 3,1% em 2015. A confiança do consumidor também tem melhorado. Adicionalmente, o mercado de trabalho segue evoluindo de forma modesta e moderada, mas consistente. **Zona do Euro.** Segue com os mesmos problemas de sempre: desemprego alto, crescimento baixo e risco de deflação. Reverter estes cenários segue sendo os maiores desafios de Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu e dos governos dos países-membro. O crescimento para 2014 está projetado em 0,8% para 2014 e em 1,3% para 2015. Para assegurar estes números, já foram comunicados pelo menos três programas de afrouxamento quantitativo: 1-) o financiamento de longo prazo para bancos (foi lançado em setembro e deve haver outra rodada em dezembro), 2-) a compra de títulos lastreados em diversos tipos de ativos (por questões regulatórias, deve ter início em 2015) e 3-) a compra de títulos lastreados em fluxo imobiliário (teve início há pouco tempo e ainda não se pode avaliar ao certo seu sucesso). **China.** Segue com uma tendência de desaceleração moderada na atividade, com crescimento do PIB de 7,4% em 2014 e de 7,1% em 2015, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. O índice de gerentes de compras de outubro continua indicando uma economia em expansão e de forma crescente há pelo menos três meses. Por outro lado, a produção industrial, que crescia a 9% a.a. desde 2012, apresentou uma queda súbita para 7% em setembro, mas em outubro já está em 8%. A venda de automóveis segue em patamar de 190 mil unidades ao mês, de outubro de 2013 até setembro de 2014 e os investimentos continuam crescendo a uma taxa de 10% a.a. O setor que permanece preocupando é o imobiliário: os preços dos imóveis estão caindo há pelo menos quatro meses. Em agosto, a variação de preços estava em -1,5%. A autoridade monetária chinesa parece continuar disposta a estimular a economia, para garantir que uma taxa de crescimento siga próxima a 7,5%, principalmente enquanto a inflação seguir baixa. Apesar da economia externa apresentar um nível de atividade crescente entre 2014 e 2015, o dólar segue tendo uma tendência de valorização global, os preços das commodities estão mais baixos, o que afeta diretamente a balança comercial brasileira e o preço do petróleo parece ter alcançado níveis de preços mais baixos de maneira estrutural, o que pode colocar os investimentos do pré-sal em risco. Os desafios para os novos formuladores de política no Brasil, portanto, considerando também os obstáculos internos, são numerosos e profundos. **Brasil.** A vitória da Presidente Dilma Rousseff, dominou a pauta das discussões ao final do mês de outubro. Apesar do fim do período eleitoral, espera-se que o cenário siga desafiador, pois a economia deve manter a dinâmica recente. Alguns indicadores mostram as dificuldades que estão por vir. A começar pela recuperação da confiança dos agentes (consumidores e empresários), a qual segue com tendência decrescente desde 2012. Atualmente a taxa de investimento está em 16% do PIB, um patamar baixo. Ao mesmo tempo, observa-se menor propensão ao consumo, em especial de ativos mais caros, como imóveis e automóveis. Recuperar a confiança na economia exigirá ações concretas por parte do governo, as quais influenciarão o comportamento dos mercados ao longo dos próximos meses. A baixa geração de caixa do setor público, também traz influências negativas para a confiança na economia. O resultado fiscal em 2014 deverá alcançar algo entre 0% e 0,5% do PIB, número inferior à meta de 1,9% do PIB. A manutenção do atual resultado fiscal compromete a estabilização da dívida pública como proporção do PIB. Torna-se necessário realizar ajuste fiscal com o intuito de retornar a um patamar que garanta, ao menos, a estabilidade desta relação. A economia brasileira deve crescer muito pouco em 2014 (ao redor de 0%) e, mesmo assim, apresentar inflação elevada (na casa dos 6,5%). Além disso, observa-se discrepância, desde 2011, entre os preços relativos dos bens não-comercializáveis e bens comercializáveis, o que explica em parte a desindustrialização brasileira. Os custos das empresas aumentam, mas essas têm dificuldade em repassá-los para o preço final do produto. **Taxa Selic.** Banco Central surpreende e eleva taxa de juros para 11,25% ao ano. Três dias após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em decisão inesperada, o Banco Central decidiu elevar a taxa básica de juros da economia para 11,25%



ao ano. Desde abril, a Selic estava estacionada em 11% ao ano. A ação do Banco Central, duramente criticado pelo mercado por deixar o índice oficial de inflação (IPCA) grudado no teto da meta de 6,5% por muito tempo, tenta deixar claro, de forma mais contundente, que não despreza as pressões inflacionárias e que buscará trazer o IPCA ao centro da meta de 4,5% no novo mandato de Dilma Rousseff. O IPCA acumulado em 12 meses está acima do teto da meta, em 6,75%. Mercado deu "voto de confiança" à Dilma. A reeleição de Dilma Rousseff era vista com certo pessimismo pelos agentes do mercado transformou-se em relativa euforia, com o mercado dando um voto de confiança ao segundo mandato de Dilma. Mas de acordo com analistas de investimentos, isso não vai durar para sempre. Segundo eles, o mercado já deu um crédito à reeleição e agora estaria na hora de receber uma retribuição, que aos olhos do mercado seria o anúncio de um ministro da Fazenda e o anúncio de reajuste nos preços nos preços da gasolina e diesel.

Renda Fixa. Seguindo o comportamento dos meses mais recentes, o mercado de Renda Fixa, no mês de outubro, foi marcado pela volatilidade: tanto advinda do mercado internacional quanto de fatores internos. Com o quadro eleitoral definido e uma acomodação da volatilidade externa, o mercado local terminou o mês com redução da volatilidade. A alta inesperada da taxa Selic favoreceu este movimento. Porém com os dados fiscais ainda muito ruins fica a dúvida se somente a atuação do Banco Central na política monetária será capaz de garantir uma performance benigna da parte longa da taxa de juros. A curva de juros refletiu fatores externos e domésticos. No lado externo, a contribuição foi positiva com as projeções mais baixas da curva de juros norte-americana, tendo em vista uma maior preocupação do Comitê Federal de Mercado Aberto com o crescimento econômico global e o nível ainda baixo de inflação. Além disso, a preocupação com a disseminação global do vírus ebola e a divulgação de dados fracos da economia chinesa também fortaleceram a percepção de baixo crescimento da economia mundial. Internamente, a curva de juros oscilou bastante com a perspectiva de mudança do Governo Federal com as eleições, o que acabou não ocorrendo. Ao final do mês, o evento interno, que mais contribuiu com a perda de inclinação da curva, foi a surpreendente decisão do Copom de elevar a taxa de juros em 25 pbs, de 11,00% para 11,25%aa.

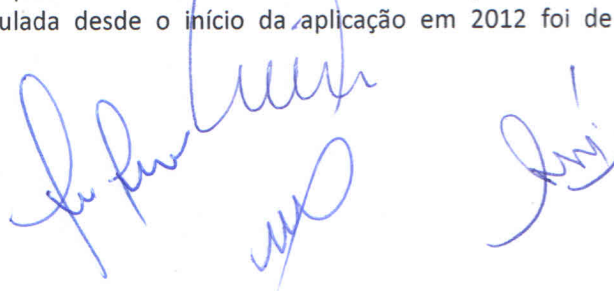
Renda Variável. O mês de outubro foi caracterizado por dois momentos completamente opostos. Na primeira quinzena os mercados acionários globais passaram por uma fase de elevada aversão a risco, que foi dissipada na segunda quinzena, levando os mercados a uma fase de euforia. Os movimentos nos mercados ocorridos na primeira quinzena podem ser explicados por um conjunto de dados econômicos mais fracos que o esperado nas economias europeia e chinesa e pelo medo de que a epidemia de Ebola pudesse atingir países desenvolvidos. Já na segunda quinzena, partes destes receios foram desconsideradas, e o foco voltou-se para as reuniões dos Bancos Centrais dos Estados Unidos e do Japão. O FED apresentou uma avaliação mais positiva sobre a economia norte americana, em particular em relação ao mercado de trabalho. Tal desenvolvimento pode sinalizar para um aumento na taxa de juros já no primeiro semestre de 2015. Por sua vez o Banco Central Japonês surpreendeu o mercado ao anunciar uma expansão de seu programa de compra de ativos para aproximadamente US\$ 700 bilhões, provocando um alívio nos mercados ao garantir a condição de um excesso de liquidez global, mesmo com o fim do programa de estímulos norte americano. O Ibovespa apresentou uma dinâmica diferente dos mercados acionários globais, com uma forte valorização na primeira quinzena, atingindo uma alta de 7,21%, e invertendo esta tendência na segunda quinzena, chegando a desvalorizar-se em 6,67%. Por fim, encerrou o mês com uma alta de 0,95% ao nível de 54.628 pontos. Os setores que apresentaram o melhor desempenho foram os de educação, financeiro e de transporte e logística. Já os setores de petróleo, mineração e de siderurgia apresentaram as piores performances.

Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável no mês de outubro: 2,73% IMAB5+, 2,08% IMA-B Total, 1,24% Ibrx-50, 1,24% IRFM 1+, 1,14% IRFM Total, 0,95% Ibovespa, 0,94% IMA-B 5, 0,86% CDI, 0,86% IRFM 1, -0,17% Small Caps, -1,59% Dividendos, -5,62% Imobiliário.

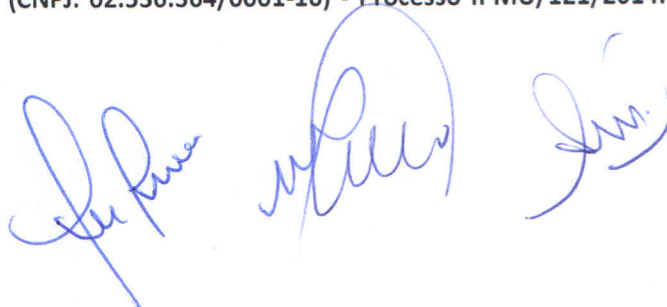
Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável no ano: 16,97% IMAB5+, 14,32% IMAB 5, 10,69% IRFM1+, 10,19% IMAB Total, 10,19% IRFM Total, 8,76% CDI, 8,72% IRFM1, 6,53% IBRX-50, 6,06% Ibovespa, -5,34% Imobiliário, -6,10% Small Caps e 9,91%.

A **Carteira de Investimentos do IPMU**, apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no décimo mês do ano, reduzindo o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 212.462.297,57** (duzentos e doze milhões quatrocentos e sessenta e dois mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos) em setembro, para **R\$ 215.245.840,02** (duzentos e quinze milhões duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais e dois centavos) em outubro. A valorização dos ativos financeiros observada no período fez com que a meta atuarial fosse atingida: meta atuarial de 10,25% enquanto o crescimento financeiro foi de 10,29%. Os **fundos de Renda Fixa** tem valorização acumulada no ano de R\$ 16.847.040,51 (dezesseis milhões oitocentos e quarenta e sete mil quarenta reais e cinquenta e um centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** tem valorização acumulada de R\$ 5.969.931,67 (cinco milhões novecentos e sessenta

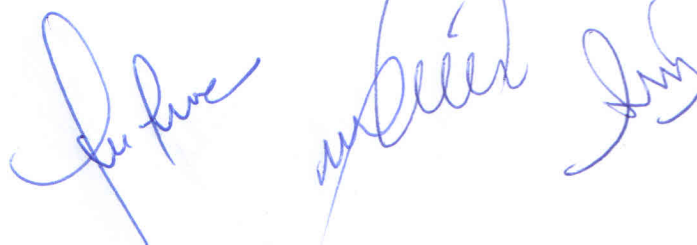
e nove mil novecentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos). Os **fundos de Renda Variável** tem valorização acumulada de R\$ 450.076,74 (quatrocentos e cinquenta mil setenta e seis reais e setenta e quatro centavos). **Diversificação dos investimentos.** A carteira de investimentos apresenta a seguinte forma de alocação: a-) Fundos DI: R\$ 55.100.187,15 (cinquenta e cinco milhões cem mil cento e oitenta e sete reais e quinze centavos) correspondendo a 25,12% do PL; b-) Fundos IMA-B: R\$ 32.361.141,28 (trinta e dois milhões trezentos e sessenta e um mil cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) correspondendo a 15,03% do PL; c-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 43.249.078,03 (quarenta e três milhões duzentos e quarenta e nove mil setenta e oito reais e três centavos) correspondendo a 20,08% do PL; d-) Fundos IMA-B 5: R\$ 19.478.025,09 (dezenove milhões quatrocentos e setenta e oito mil vinte e cinco reais e nove centavos) correspondendo a 9,04% do PL; e-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 13.584.565,45 (treze milhões quinhentos e oitenta e quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a 6,31% do PL; f-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 10.998.845,00 (dez milhões novecentos e noventa e oito mil oitocentos e quarenta e cinco reais) correspondendo a 5,11% do PL; g-) Fundos IRFM 1: R\$ 30.035.208,67 (trinta milhões trinta e cinco mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos), correspondendo a 13,95% do PL; h-) Fundos Ibovespa: R\$ 8.047.627,55 (oito milhões quarenta e sete mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo a 3,74% do PL; i-) Fundos Ibx-50: R\$ 2.724.962,60 (dois milhões setecentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) correspondendo a 1,27% do PL; j-) Fundos Small Caps: R\$ 447.825,16 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos) correspondendo a 0,21% do PL e l-) Fundos Dividendos: R\$ 345.361,29 (trezentos e quarenta e cinco trezentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos) correspondendo a 0,16% do PL. **Aplicação de recursos por Instituição Financeira.** Os recursos financeiros do IPMU estão alocados em 07 (sete) instituições: a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 43.485.563,35 (quarenta e três milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos) correspondendo a 20,22% do PL; b-) Santander: R\$ 33.037.858,63 (trinta e três milhões trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos) correspondendo a 15,36% do PL, c-) Banco do Brasil: R\$ 30.380.569,96 (trinta milhões trezentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) correspondendo a 14,12% do PL, d-) Itaú: R\$ 19.464.750,13 (dezenove milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e cinquenta reais e treze centavos) correspondendo a 9,05% do PL; e-) HSBC: R\$ 18.561.747,37 (dezoito milhões quinhentos e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 8,63% do PL; f-) Bradesco: R\$ 13.322.337,66 (treze milhões trezentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos) correspondendo a 6,19% do PL e g-) Sul América: R\$ 286.356,69 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) correspondendo a 0,13% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 56.833.643,48 (cinquenta e seis milhões oitocentos e trinta e três mil seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos) correspondendo a 26,42% do PL. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos – Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014) e 5,11% (setembro/2014). **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do mês, 05 (cinco) aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial, enquanto catorze aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no acumulado do ano: HSBC IPCA IMA-B (14,57%), Itaú IMA-B (13,91%), Títulos 2015 (11,771%), Títulos 2024 (11,508%), Santander IMA-B 5 (10,44%), Meta Atuarial (10,25%), Caixa Brasil IPCA X (9,57%/), Caixa Brasil IPCA XII (9,49%), Santander Corporate DI (9,00%), Caixa Brasil DI (8,90), Bradesco DI (9,04%), Brasil IRFM 1 (8,43%), Títulos 2021 (7,90%), HSBC Ibovespa Ativo (3,76%/), Santander Ibovespa (3,50%), Caixa IBRX-50 (3,75%), Brasil Dividendos (-2,56%), Santander Small Caps (-5,72%) e SulAmérica Total Return (-4,04%). Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos, analisaram as modificações da realizadas na **Carteira de Investimentos, durante o mês: 1-) CAIXA Brasil IMA-B 5+ Títulos Públicos FI Renda Fixa LP (CNPJ 10.577.503/0001-88).** Resgate realizado no dia 22/10/2014 no valor de R\$ 4.739.249,12 (quatro milhões setecentos e trinta e nove mil duzentos e quarenta e nove reais e doze centavos), direcionado para o fundo SANTANDER IMA-B 5. A valorização acumulada desde o início da aplicação em 2012 foi de R\$ 516.248,12



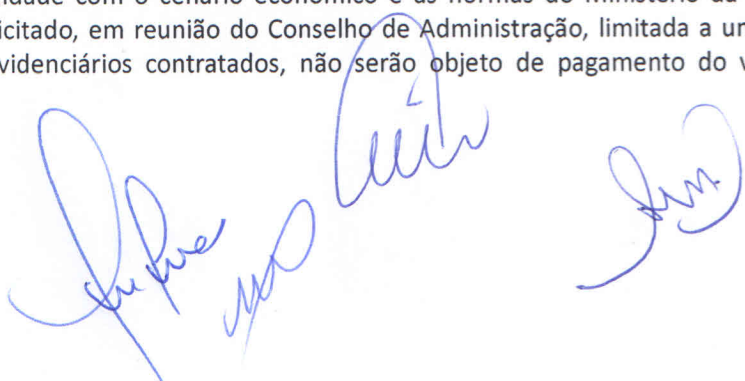
(quinhentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos), 2-) **ITAÚ Institucional Inflação 5 FIC Renda Fixa** (CNPJ 09.093.819/0001-15). Resgate realizado no dia 14/10/2014 no valor de R\$ 6.343.001,29 (seis milhões trezentos e quarenta e três mil um real e vinte e nove centavos), direcionado para o fundo SANTANDER IMA-B 5. A valorização acumulada desde o início da aplicação em 2012 foi de R\$ 1.675.705,04 (hum milhão seiscentos e setenta e cinco mil setecentos e cinco reais e quatro centavos), 3-) **SUL AMÉRICA Inflatie FI Renda Fixa LP** (CNPJ 09.326.708/0001-01). Resgate realizado no dia 24/10/2014 no valor de R\$ 8.310.594,38 (oito milhões trezentos e dez mil quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos), direcionado ao fundo BRASIL IRFM1. A valorização acumulada desde o início da aplicação em 2010 foi de R\$ 3.458.649,73 (três milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos), 4-) **BNP PARIBAS Inflação FIC Renda Fixa** (CNPJ 05.104.498/0001-56). Resgate realizado no dia 23/10/2014 no valor de R\$ 10.809.061,84 (dez milhões oitocentos e nove mil seiscentos e um reais e oitenta e quatro centavos), direcionado ao fundo BRASIL IRFM1. A valorização acumulada desde o início da aplicação em 2010 foi de R\$ 4.063.182,93 (quatro milhões sessenta e três mil cento e oitenta e dois reais e noventa e três centavos) e 5-) **Bradesco Federal Extra FI Referenciado DI** (CNPJ 03.256.793/0001-00). Resgate realizado no dia 13/10/2014 no valor de R\$ 13.244.408,87 (treze milhões duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oito reais e oitenta e sete centavos), direcionado ao fundo Bradesco Premium FI Referenciado DI. **Estratégia de Aplicação.** Os recursos novos referentes aos repasses das contribuições previdenciárias e compensação previdenciárias deverão ser aplicados no fundo **Santander DI**, fundo de curto prazo, com baixa volatilidade e que apresenta boa performance para o segmento. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos em atendimento a Resolução CMN nº 3.922/2010, Portaria MPS/GM nº 519/2011, Portaria MPS/GM nº 170/2012 e Portaria MPS/GM nº 440/, que dispõem sobre as aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social, analisaram a documentação referente a atualização semestral do **Credenciamento das Instituições Financeiras**, conforme processo **IPMU/114/2014**. Após análise da documentação, verificou-se que as Instituições Financeiras encaminharam as informações solicitadas, sendo assim de acordo a legislação vigente, será realizada a renovação do credenciamento: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ 30.822.936/0001-69), Banco Bradesco SA (CNPJ 60.746.948/0001-12), Bradesco Asset Management SA DTVM (CNPJ 62.375.134/0001-44), Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04), HSBC Gestão de Recurso Ltda (CNPJ 06.071.726/0001-00), HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo (CNPJ 01.701.201/0001-89), Itaú Unibanco SA (CNPJ 60.701.190/0001-04), Banco Santander Brasil SA (CNPJ 90.400.888/0001-42) e Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda (CNPJ 10.231.177/0001-52). Conforme determinação da Portaria nº 440/2013 e Regimento Interno de Credenciamento, o processo de renovação do credenciamento será encaminhados ao Conselho de Administração para ratificação. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos são informados que a pedido do vice-prefeito municipal, Sr. Sérgio Caribé, a Diretoria Executiva recebeu representante de duas instituições financeiras: "**Intrader DTVM**" e "**Banco Credit Agricole Brasil**". Foram apresentados 03 (três) fundos de investimentos para possíveis aplicações de recursos financeiros. Os fundos foram analisados e comparados com os atuais do IPMU: **1-) Fundo de Investimentos INX Barcelona Renda Fixa (CNPJ 19.833.108/0001-93) - Processo IPMU/121/2014.** O valor inicial de movimentação é elevado para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI (R\$ 1.000.000,00 - hum milhão de reais). O valor de movimentação é elevado para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI (R\$ 500.000,00 - quinhentos mil reais). O valor do saldo mínimo é elevado para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI (R\$ 1.000.000,00 - hum milhão de reais). O baixo número de cotistas, eleva o risco de desenquadramento perante ao Artigo 14º da Resolução CMN nº 3.922/2010 (01 cotista em maio/2014 - 03 cotistas em junho/2014 - 04 cotistas em julho/2014 - 06 cotistas em agosto/2014 - 06 cotistas em setembro/2014 e 06 cotistas em outubro/2014). O fundo não possui rentabilidade histórica, inviabilizando sua análise. O prazo de resgate de 90 dias úteis, considerado elevado para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI. A cota de resgate de D+1.260 dias úteis, considerado elevadíssimo para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI. O pagamento do resgate e D+1 subsequente a conversão de cotas, considerado elevadíssimo para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI. A taxa de saída de 30%, considerada elevada para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI. A taxa de administração: 0,65%, considerado elevada para fundos de renda fixa que busca seguir a variação do CDI. Avaliação do fundo dentro do contexto da Carteira do IPMU: o fundo não se enquadra nos critérios de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba, principalmente com relação ao prazo de carência do fundo e ao baixo número de cotistas; **2-) Fundo de Investimentos CRÉDIT AGRICOLE Master FI Referenciado DI LP (CNPJ: 02.536.364/0001-16) - Processo IPMU/121/2014.** A política de



investimento do fundo tem por objetivo proporcionar aos cotistas no longo prazo rentabilidade predominantemente referenciada às oscilações das taxas de juros praticadas no mercado de Certificados de Depósito Interbancário (CDI), atuando nos mercados de títulos de renda fixa públicos e privados (pré e pós fixados), bem como nos mercados organizados de liquidação futura e de derivativos referenciados em taxas de juros, segundo critérios de composição de carteira e diversificação de risco fixados no regulamento. Em função da estratégia a ser adotada na execução de referida política de investimento, espera-se que o grau de volatilidade do investimento no fundo equipare-se ao do CDI, evitando-se riscos diretamente associados às variações nos mercados de câmbio e de ações, destinando-se o fundo, portanto, a investidores com baixa tolerância a risco. É permitido ao fundo, conforme o regulamento, a aquisição de ativos financeiros ou modalidades operacionais de emissores privados, pessoas físicas ou jurídicas, entre 30% e 50% do PL do fundo. O administrador se utiliza da prerrogativa contida na ICVM nº 409, art. 68º, parágrafo 1º, que permite a ocultação da carteira por até 90 (noventa) dias. Naquela oportunidade, a carteira do fundo estava composta por debêntures de emissão de cias. Abertas, títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, DPGE e LF), títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional indexados a taxas pré e pós-fixadas (LTN e LFT), e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos. O fundo utiliza a estratégia de venda de ações no mercado a termo. Taxa de administração em linha com as práticas de mercado para fundos semelhantes. Rentabilidade do fundo está em linha com o indicador de referência (benchmark) do fundo, refletindo aderência à política de investimentos proposta. Os principais riscos que o Fundo incorre estão diretamente relacionados a "mercado" e "crédito". O regulamento do fundo está enquadrado quanto ao disposto no Artigo 7º Inciso IV da Resolução 3.922/2010, não havendo impedimento para aportes de recursos dos RPPSs (regulamento v. 25/03/2013). Avaliação do fundo dentro do contexto da carteira do IPMU. A política de investimentos do Instituto para o exercício de 2014 permite alocação de até 26,00% do patrimônio líquido do Instituto no Artigo 7º Inciso IV da Resolução 3.922/2010. O Instituto não possui produtos em sua carteira sob gestão/administração da Crédit Agricole Brasil, sendo necessário o credenciamento por parte do RPPS, antes da aplicação, de acordo com a Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011 alterada pelas Portarias MPS nº 170 de 26 de abril de 2012 e nº 440, de 09 de outubro de 2013. A carteira do Instituto já apresenta 3 (três) fundos de características semelhantes, com taxas de administração menor e com performance parecidas, não se justificando aumentar o portfólio do instituto ou migração. 3-) **Fundo de Investimentos CRÉDIT AGRICOLE - Vitesse FI Renda Fixa Crédito Privado (CNPJ: 11.447.124/0001-36) - Processo IPMU/121/2014.** O fundo tem como objetivo a valorização de suas cotas acima da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CETIP (CDI-CETIP), através da aplicação dos recursos em uma carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, respeitados os critérios de composição e diversificação estabelecidos no regulamento e na legislação em vigor. O fundo está enquadrado, nos termos da legislação vigente como sendo renda fixa, e por essa razão o fator de risco principal é a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de preços, ou ambos. Sendo assim, o fundo possuirá uma carteira composta preferencialmente por ativos financeiros relacionados, direta ou indiretamente a renda fixa. As operações do fundo nos mercados à vista ou futuro de câmbio serão realizadas somente para proteção de suas posições, desde que resultem em operações sintetizadas de renda fixa. Nos mercados de juros e índices de preços, o fundo assumirá posição pós-fixada ou pré-fixada, sendo que a utilização de instrumentos derivativos poderá ter como finalidade estratégias de proteção ou posicionamento, sendo vedada a alavancagem da carteira do Fundo. O fundo poderá concentrar até 100% (cem por cento) do seu patrimônio líquido em ativos ou modalidade operacionais de emissores privados, sem qualquer menção quanto a qualidade dos créditos. A carteira do fundo está composta, majoritariamente, por cotas de FIDC (Exodus I e Driver Brasil TWO), debêntures de emissão de cias. abertas, e títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, DPGE e LF). Os recursos para liquidez da carteira estão investidos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O fundo utiliza estratégia com derivativos no mercado futuro de juros - IDI. Rentabilidade do fundo em linha com o indicador de referência (benchmark) do fundo em todos os períodos analisados. A taxa de administração em linha com outros fundos da categoria. Os principais riscos que o Fundo incorre estão diretamente relacionados a "mercado" e "crédito". O regulamento do fundo está DESENQUADRADO quanto ao disposto na Resolução 3.922/2010, pois não determina que os ativos de crédito que compõem sua carteira sejam considerados de baixo risco de crédito, o que impede aportes de recursos dos RPPSs. Avaliação do fundo dentro do contexto da carteira do IPMU. Não permitido aporte pelo RPPS, conforme descrito, fundo desenquadrado com a Resolução 3.922/2010. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos analisaram a proposta encaminhada pela consultoria e assessoria financeira **RISK OFFICE, conforme**




processo IPMU/112/2014, que visa a contratação de empresa especializada para auxiliar no planejamento, execução e gerenciamento dos investimentos, no acompanhamento da rentabilidade, risco e enquadramento da carteira, com o objetivo de proporcionar a oportunidade de planejar, executar e gerenciar os investimentos de forma eficaz e objetiva, através de um sistema on-line, que possibilite acesso às informações necessárias para acompanhamento da rentabilidade, riscos e enquadramento da carteira, além de todos os elementos necessários ao cumprimento das obrigações estipuladas na Resolução vigente, bem como as orientações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A consultoria a ser contratada deverá encaminhar: a-) Editorial sobre o panorama econômico relativo ao mês anterior, b-) Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução CMN nº 3.922/10, com alerta em casos de desenquadramento, c-) Enquadramento das aplicações de acordo com os limites definidos na Política de Investimentos, com alerta em casos de desenquadramento, d-) Rentabilidade individual e comparativa – benchmarks – das aplicações financeiras de forma a identificar aquelas com desempenho insatisfatório, e-) Análise de risco da carteira dos fundos de investimentos, f-) Concentração dos investimentos por instituição financeira, g-) Taxa de administração por fundo de investimento, possibilitando análise comparativa, h-) Quantidade de cotistas por fundo de investimento que compõe a carteira, i-) Rentabilidade da carteira comparativamente a meta atuarial, j-) Gráfico comparativo de rentabilidade e riscos dos fundos de investimentos e l-) Emissão de Ranking de Fundos de Investimentos, separados por segmentos de atuação com classificação por ordem de retorno. A consultoria a ser contratada deverá: a-) Assessoria na elaboração / alteração da política de investimentos, b-) Análise e avaliação de fundos de investimentos ofertados ao IPMU, c-) Emissão de pareceres sobre a situação e oportunidades das aplicações financeiras, d-) Elaborar relatórios detalhados sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo IPMU nos segmentos de renda fixa, renda variável e e-) Reunião trimestral ao RPPS, com a participação dos Conselhos de Administração e Fiscal. A proposta encaminhada tem o valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Após diversas considerações, foi aprovado por unanimidade a solicitação de relatório complementar de análise de novos fundos de investimentos onde contemple o posicionamento da consultoria e assessoria financeira com relação ao fundo na comparação com a carteira de investimentos do IPMU. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o contrato encaminhado pelo **Banco do Brasil, conforme processo IPMU/119/2014**. Conforme minuta do contrato, a instituição irá realizar prestação de serviços financeiros, para a adequação, operacionalização e aperfeiçoamento e serviços atuariais. Os serviços de Assessoria Atuarial contemplam: a) Assessoria, por telefone, na confecção da base de dados necessária aos estudos atuariais de 2015 dentro do Leiaute atual utilizado pelo Banco do Brasil, por meio de esclarecimentos e respostas a dúvidas; b) Análise da base de dados cadastrais da massa dos servidores ativos, benefícios concedidos e dependentes, para verificação de inconsistências e ausência de dados. Indicação dos ajustes necessários através da emissão de Relatório de Críticas; c) Estabelecimento de critérios e parâmetros a serem considerados na avaliação atuarial 2015 aderentes à massa dos servidores utilizada na avaliação, com base na Legislação Municipal e Federal em vigor; d) Realização de uma reavaliação atuarial anual 2015, para verificação do equilíbrio atuarial e financeiro do regime, considerando o custeio vigente na legislação Municipal e Federal, propondo alternativa de adequação quando necessário; e) Elaboração de Nota Técnica Atuarial, Relatório de Avaliação Atuarial, Parecer Atuarial, Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial - DRAA e demais documentos exigidos por lei e pelo Ministério da Previdência Social para o ano de 2015; f) Participação em reunião de apresentação do Resultado da Avaliação Atuarial; g) Assessoria atuarial continuada relacionada a reavaliação atuarial anual 2015, contemplando questões relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, nos critérios relativos à avaliação atuarial; e h) Realização, quando solicitado, de até dois estudos atuariais adicionais com a mesma base de dados da reavaliação atuarial efetuada, com o objetivo de avaliar outros cenários. Os serviços de Assessoria em Investimentos contemplam: a) Disponibilização da posição dos investimentos, por meio de relatórios mensais, trimestrais e/ou semestrais com informações individuais e consolidadas sobre o enquadramento e limites de alocação dos recursos previdenciários, detalhando o desempenho das aplicações mantidas no Banco e nas demais Instituições Financeiras, desde que os dados destas últimas sejam disponibilizados, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social; b) Assessoria sobre os investimentos e disponibilidades, por meio de mensagem eletrônica, telefone ou videoconferência; c) Assessoria na elaboração da política anual de investimentos do RPPS, em conformidade com o cenário econômico e as normas do Ministério da Previdência Social; e d) Participação, quando solicitado, em reunião do Conselho de Administração, limitada a uma por ano. Conforme contrato, os serviços previdenciários contratados, não serão objeto de pagamento do valor de R\$



18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), desde que ocorra a manutenção do saldo de Investimento no valor de R\$ 19.119.000,00 (dezenove milhões, cento e dezenove mil reais), que acrescidos do saldo de investimentos, deverão permanecer no Banco durante toda a vigência do Contrato para isenção total da tarifa. O IPMU mantém aplicação em fundos de investimentos no Banco do Brasil desde 2010: a-) dezembro/2010 (R\$ 3.660.320,50 - três milhões seiscentos e sessenta mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), b-) dezembro/2011 (R\$ 4.368.755,85 - quatro milhões trezentos e sessenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), c-) dezembro/2012(R\$ 10.623.480,07 - dez milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e oitenta reais e sete centavos), d-) dezembro/2013 (R\$ 10.532.145,21 - dez milhões quinhentos e trinta e dois mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos) e e-) outubro/2014 (R\$ 30.380.569,96 - trinta milhões trezentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). Após diversas considerações, principalmente com relação ao histórico de parceria entre o Banco do Brasil e o IPMU, grade de produtos indicados aos RPPS e os serviços que poderão ser disponibilizados, foi aprovada por unanimidade, o encaminhamento da proposta de contratação para deliberação do Conselho de Administração na reunião ordinária que será realizada no dia 17/12/2014. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião as onze horas para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.



Cícero José de Jesus Assunção



Silvia Moraes Stefani Lima



Flávio Bellard Gomes



Sirleide da Silva